

NA MEMÓRIA DAS MARIAS: HISTÓRIA ORAL, MIGRAÇÕES, GERAÇÕES E LUGAR NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO TUCANO EM EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA/SP

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de¹; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros²

Recebido (*Received*): 31/10/2016 Aceito (*Accepted*): 07/12/2017

Resumo

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre o processo de formação do Assentamento Tucano, localizado no município de Euclides da Cunha Paulista, no oeste do Estado de São Paulo, região conhecida como Pontal do Paranapanema, na qual há uma longa história de conflitos fundiários e de criação de assentamentos rurais. Pretende-se através do artigo apresentar o processo de luta e conquista pela terra sob o viés feminino, através de lembranças e relatos de mulheres que participaram desse processo e também das jovens que ressignificam a história de avós e pais como um reforço de identidade com o grupo de pessoas que integram o assentamento e com a terra na qual vivem e produzem, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao lugar. Os principais procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram as entrevistas temáticas e de história oral.

Palavras Chave: Assentamento rural. Mulheres. História oral. Migrações.

EN LA MEMORIA DE LAS MARIAS: HISTORIA ORAL, MIGRACIONES, GENERACIONES Y LUGAR EN EL CONTEXTO DE FORMACIÓN DEL ASENTAMIENTO TUCANO EN EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA/SP

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir el proceso de formación del Asentamiento Rural Tucano, ubicado en la ciudad de Euclides de Cunha Paulista en el oeste de Sao Paulo, la región conocida como Pontal do Paranapanema, en el que hay una larga historia de conflictos por la tierra y creación de asentamientos rurales. Se pretende con el artículo presentar el proceso de lucha y conquista por la tierra bajo el sesgo femenino, a través de las memorias y relatos de las mujeres que participaron en este proceso y también las jóvenes que ressignifican la historia de los abuelos y padres como un refuerzo de identidad con el grupo de personas que forman parte del asentamiento rural y la tierra en la que viven y producen, fortaleciendo el sentido de pertenencia al lugar. Los principales procedimientos metodológicos utilizados en la investigación fueron entrevistas temáticas e historia oral.

Palavras Clave: Asentamiento rural. Mujeres. Historia Oral. Migraciones.

IN THE MEMORY OF THE MARIAS: ORAL HISTORY, MIGRATIONS, GENERATIONS AND PLACE IN THE CONTEXT OF FORMATION OF THE TUCANOASSEMBLAGE IN EUCLIDES DA CUNHA/SP

Abstract

This paper aims to discuss the formation process of the Tucano settlement, located in the municipality of Euclides da Cunha Paulista, in the west of São Paulo State, a region known as Pontal do Paranapanema, where there is a long history of land conflicts and creation of rural settlements. This paper intends to present the process of struggle and conquest for the land under the feminine bias, through the memories and reports of women who participated in this process and also of the young women who ressignify the history of grandparents and parents as a reinforcement of identity with the group of people that integrate the settlement and the land where they live and produce, fortifying the sense of belonging to the place. The main methodological procedures used in the research were thematic and oral history interviews.

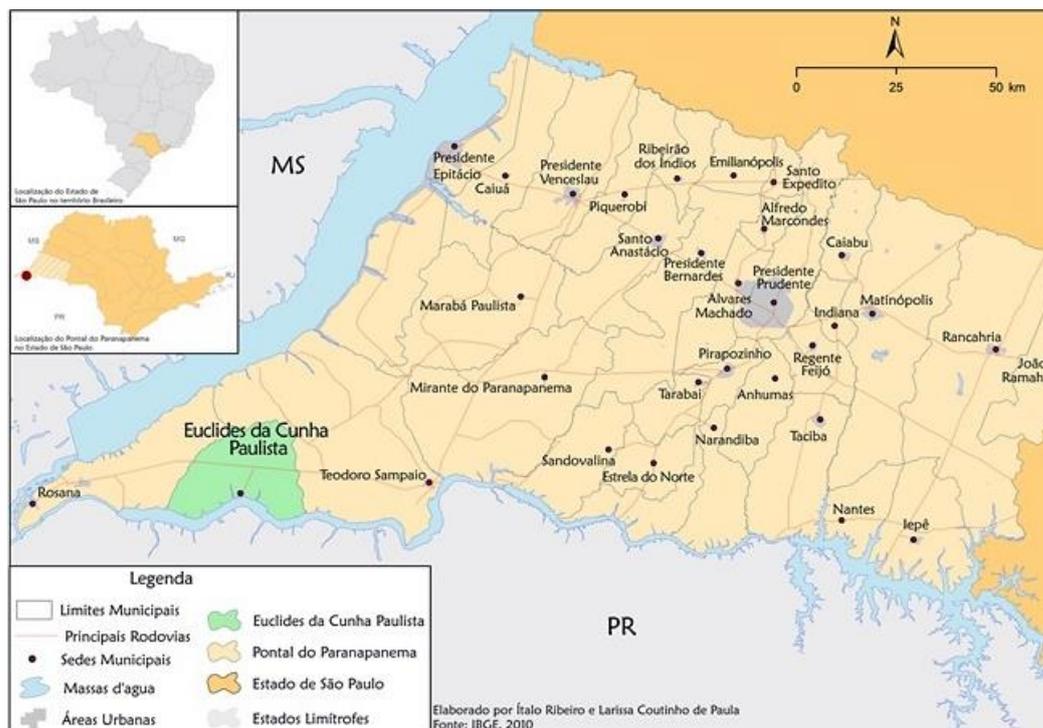
Key Words: Rural settlement. Women. Oral History. Migration.

¹ Estudante de doutorado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

² Professora Doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

1. Introdução

Uma história pode ser contada de distintas formas, com perspectivas diferentes, e repetida por gerações. No presente artigo busca-se expor a história de formação do Assentamento Tucano, em Euclides da Cunha Paulista, na região do Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo. A história de luta de várias famílias pelo direito a terra, na qual o papel feminino foi crucial, sendo o grupo liderado e conduzido por uma mulher, a senhora Maria das Dores³ (Mapa 1).



MAPA 1: Localização do Assentamento Tucano no município de Euclides da Cunha Paulista (SP).

Este artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada com o intuito de estudar os efeitos de políticas públicas recentes (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR e PRONAF– Mulher) sobre a vida de mulheres que integram a Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT).

A Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) foi criada em 2001. Tratava-se inicialmente de um grupo composto apenas por mulheres, porém, após a participação nas políticas públicas de compras institucionais (PAA e PNAE) alguns homens

³ Esse nome, bem como os demais utilizados no artigo, são fictícios para preservar a identidade das pessoas entrevistadas.

passaram a integrar o grupo, sendo que até o ano de 2014, a OMAT contava com trinta associadas/os.

Além das entrevistas temáticas e de história oral, também se utilizou de levantamento bibliográfico, coleta e análise de dados de fontes secundárias, tais como os dados do Portal de Transparência do PAA, e de registro fotográfico. Ademais, foram realizadas entrevistas junto aos homens assentados e representantes do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), da Casa da Agricultura do Município de Euclides da Cunha Paulista e funcionários municipais, tais como assistentes sociais e nutricionista.

Como a maior parte da metodologia envolveu a aproximação com as assentadas, sobretudo por meio de entrevistas temáticas e de história oral, acreditamos que seria interessante expor a história de formação do assentamento narrada a partir da perspectiva feminina, contemplando desde as mulheres idosas até as mais jovens.

A história oral possibilitou o acesso às informações sobre a memória das assentadas, sobretudo as mais idosas, no que se refere ao processo vivido na luta pela terra, enquanto ainda viviam no acampamento, ou ainda nos casos das migrantes, ao recordarem tradições, aspectos culturais e religiosos e experiências nos seus estados de origem.

O artigo encontra-se subdividido, além desta introdução e das considerações finais, em mais três partes: na primeira, há o detalhamento sobre a metodologia empregada, explicando as técnicas da entrevista e da história oral, que consistiu na metodologia mais importante da pesquisa, já que nos baseamos, sobretudo, nos relatos orais; na segunda parte atenta-se para o processo de formação do Assentamento Tucano, centrando-se na descrição feita pelas entrevistadas acerca dos conflitos na fase do acampamento até a constituição do assentamento e os novos desafios advindos com a conquista da terra; e, por fim, na última parte, procurou-se relacionar as migrações de famílias que integram o assentamento, a relação com as mulheres de gerações mais novas e o conceito de lugar.

2. A utilização da história oral como modo de produção de informações para a pesquisa

A metodologia da pesquisa pautou-se principalmente, em entrevistas temáticas e de história oral. Este último tipo de entrevista nos permitiu traçar um panorama com ricos detalhes de como se sucederam os processos que culminaram na formação do assentamento estudado.

A entrevista é um processo de interação social, uma “conversa interessada”, na qual o entrevistador visa obter informações do entrevistado e apreender questões sobre o

comportamento e a consciência do mesmo. As informações que se buscam alcançar com as entrevistas referem-se, geralmente, a um objetivo específico (COLOGNESE; MÉLO, 1998). Para Thompson (1998), o principal objetivo das entrevistas não é a obtenção de informação ou evidências, mas fazer um registro “subjetivo” de como o homem ou a mulher olha para traz e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes.

Segundo Thompson (1998), um bom entrevistador deve respeitar as pessoas entrevistadas, ter flexibilidade, capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião de seus entrevistados e disposição para manter-se calado e ouvir.

O pesquisador deve dar liberdade para que os entrevistados falem, e também para que não falem (quando não quiserem falar), pois é preciso respeitar o silêncio. Os silêncios, gestos e desvios de assunto possuem um significado, que pode ser interpretado como uma subjetividade.

Uma das limitações das entrevistas, apontada por Colognese e Mélo (1998), consiste no fato de que a interação verbal não ocorre de forma em que as posições sociais sejam simétricas, já que o entrevistador/pesquisador costuma estar numa posição superior, no controle da situação. Este fator já diferencia a entrevista de um simples diálogo. E isso pode fragilizar os resultados, de modo que o entrevistado se sinta coagido a responder aquilo que o entrevistador espera, para agradá-lo, ou permanecer passivo.

De acordo com Thiollent (1987), a discussão metodológica sobre a técnica da entrevista deve considerar os problemas advindos da relação entre Sociologia e Psicologia. A relação entre o entrevistador e o entrevistado implica em características como idade, sexo, raça, educação e religião, que podem interferir nas respostas dadas pelo entrevistado.

Realizamos entrevistas semi-diretivas, ou semi-estruturadas, que foram registradas através da gravação de áudio e feitas individualmente. Foram entrevistadas vinte e duas (22) mulheres assentadas.

Os roteiros utilizados continham temáticas de maior relevância para a pesquisa, trata-se de roteiros contextuais, com perguntas diretas e opinativas. A elaboração de um roteiro prévio é importante já que o pesquisador não pode realizar entrevistas na base da intuição. (THIOLLENT, 1987).

Após a transcrição das entrevistas, foi realizada a leitura do material, procurando relacioná-lo com os temas abordados na pesquisa, para que, a partir desse levantamento, os assuntos mais mencionados pelas entrevistadas fossem categorizados e incluídos nas discussões do trabalho. Essa categorização consistiu numa tentativa de exercitar as técnicas de codificação propostas por Gibbs (2009). O objetivo foi categorizar o texto das

transcrições, estabelecer a estruturação das ideias e a hierarquização temática, isso facilitou o agrupamento e a comparação do material produzido por meio das entrevistas.

A história oral despontou na década de 1970 como um fenômeno metodológico e político, por ser uma técnica que permitia a investigação de questões e camadas sociais geralmente pouco visíveis na documentação escrita. A base da história oral é a memória dos sujeitos estudados, expressa através da oralidade, nos diálogos e entrevistas. É preciso que o pesquisador tenha cautela ao utilizar esse procedimento, pois a memória pode ser falível. Alguns problemas dizem respeito às possíveis transferências que o entrevistado pode fazer com a memória, misturando opiniões do presente com o passado. A pessoa entrevistada pode ter dificuldades de se lembrar de acontecimentos específicos, de sua sequência, sentir-se receoso dependendo dos assuntos abordados, ou das características do entrevistador, ou entrevistadora. Por isso, é importante utilizar outras fontes, além da oralidade, como fontes escritas. Apesar das possíveis dificuldades, a história oral é uma forma de o pesquisador produzir seu próprio material de análise. (HALL, 1992).

A entrevista utilizada na história oral não precisa necessariamente conter questões rigorosamente fixadas, privilegia-se o entrevistado, buscando a descrição de algo relativo à sua época e seu contexto. (COLOGNESE; MÉLO, 1998).

A história oral, no caso desta pesquisa, foi utilizada como uma técnica, tendo um caráter de complementariedade, pois os depoimentos obtidos mantiveram um diálogo com outras fontes, como os dados de fonte secundária. A história oral exige do pesquisador uma grande sensibilidade de análise para interpretar a emoção e os simbolismos carregados nos depoimentos, e também as possíveis mentiras (aqui não se remete ao sentido moral da palavra), omissões, esquecimentos e deformações na fala do entrevistado, uma vez que a imaginação é um elemento presente nas recordações que o entrevistado faz. (MEIHY, 2002).

Segundo Meihy (2002, p. 51): “A história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento”.

Os projetos de história oral costumam apresentar quatro tipos de categoria de memória: classe, etnia, gênero e circunstância histórica. As etapas da história oral compreendem: a elaboração do projeto, a gravação, a confecção do documento escrito e, por fim, a análise do material. (MEIHY, 2002).

As entrevistas e entrevistas de história oral produzem uma ampla gama de informações. Depois da realização das entrevistas, há a etapa da transcrição e análise, fase na qual o material produzido é lapidado e analisado de acordo com as experiências em campo e as abordagens teóricas.

3. O processo de formação do Assentamento Tucano

O núcleo urbano de Euclides da Cunha Paulista surgiu no ano de 1965 em virtude da criação do Ramal de Dourados (extensão da Estrada de Ferro Sorocabana, que deveria interligar os municípios de Presidente Prudente e Dourados - MS). No entanto, o plano não se concretizou, e a última estação foi a de Euclides da Cunha Paulista. Apesar de sua formação iniciar-se nos anos 1960, sua elevação à categoria de município ocorreu em 1993, pois até então era um distrito do município de Teodoro Sampaio (SOUZA, 2007).

A economia do município pautou-se, inicialmente, no extrativismo vegetal, em virtude da instalação de serrarias. Na década de 1970, ganharam importância as atividades agropecuárias, como a pecuária mista e a produção de algodão, feijão e amendoim. Atualmente, considerando o ano de 2015, além da produção de leite, comercializada em laticínios da região, também se destaca a lavoura de mandioca, já que no município há uma agroindústria produtora de farinha. A produção de leite e de mandioca é realizada em pequenas propriedades rurais e em lotes rurais situados nos assentamentos implantados no município. (SOUZA, 2007).

Foram implantados nove (09) assentamentos rurais no município de Euclides da Cunha Paulista (Gleba XV de Novembro, Guaná Mirim, Nova Esperança, Porto Lécia, Rancho Alto, Rancho Grande, Santa Rita Pontal, Santa Rosa e Tucano), nos quais residem 516 famílias, em uma área que se estende em 11.229,1 hectares. (HESPANHOL, 2009).

A forma ilegal e desordenada pela qual se deu a ocupação de terras no Pontal do Paranapanema, onde está localizado o município de Euclides da Cunha Paulista, gerou um processo de alta concentração fundiária, justificando, posteriormente, a intensificação de movimentos sociais em prol da reforma agrária e a criação de assentamentos rurais na região. (OLIVEIRA, 2001).

Segundo Oliveira (2001, p. 59), os sujeitos que participaram e participam da luta pela terra no Pontal se constituíram, em sua maioria de: “camponeses ex-parceiros, meeiros e arrendatários que expulsos dos terrenos pelos latifundiários buscam o retorno à terra, como forma de garantir a sua reprodução social, acabando por modificar a estrutura fundiária da região”.

O Assentamento Tucano foi criado em novembro de 1991, com extensão territorial de 664,83 hectares, dividido em 35 lotes, numa área média de 18,99 hectares. (PICHININ, 2009).

Os homens e mulheres que integrariam mais tarde o Assentamento Tucano, em Euclides da Cunha Paulista, eram famílias de pequenos arrendatários e parceiros

expropriados nos municípios de Presidente Epitácio e Presidente Venceslau, entre os anos de 1979 e 1984, que passam então a residir na periferia do distrito do Campinal (Presidente Epitácio) e no município de Presidente Venceslau. (OLIVEIRA, 2001).

No Distrito do Campinal, próximo ao Reassentamento Lagoa São Paulo, surgiram dois acampamentos de trabalhadores que reivindicavam terras, aguardando a promessa de desapropriação da Fazenda Lagoinha e a formação do assentamento. Tratava-se de dois acampamentos que totalizavam 255 famílias, um deles localizado na estrada vicinal que interliga Presidente Epitácio ao distrito do Campinal: Lagoa São Paulo; e Caiuazinho, próximo ao Ribeirão Caiuá e ao município de Presidente Epitácio, que atraíam moradores das localidades, sobretudo, aqueles que fugiam do assalariamento, expropriação e desemprego. Oliveira (2001) narra que as condições das famílias assentadas eram precárias, moravam em barracos de lona, madeira bruta ou toldos, havia restrições quanto à higiene, alimentação e água.

Uma das entrevistadas, a senhora Maria Conceição, relembrou as dificuldades enfrentadas durante o acampamento:

Vish! Foi muito difícil, foi muita briga, muita luta, foi muito difícil. Só que a gente trabalhava de boia-fria, a gente tinha aquele medo porque a gente saía e deixava os filhos na beira na estrada, um monte de criança, os mais velhos cuidando dos mais pequenos, então a gente tinha medo de chegar em casa e ter acontecido o pior né? Um acidente ou uma pessoa que passasse, mexesse com eles. Às vezes nós revezávamos para cuidar das crianças, mas tinham dias que não dava para fazer isso. Teve uma senhora ali que perdeu um sobrinho, que atropelaram de carro indo para escola, então tudo isso a gente tinha medo, mas a gente ia levando como não tinha outro jeito, e a gente tinha aquele sonho, aquela convicção de pegar o lote, então ia tocando, foi muito difícil. Teve muitas coisas boas que hoje a gente tem saudade né? Mas teve muitas coisas ruins também (Maria Conceição, 50 anos, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

Transcorridos os primeiros meses da formação do acampamento, ocorreu um desentendimento entre as lideranças do grupo, que eram, até então, uma mulher e um homem. De acordo com Oliveira (2001), esse conflito se deu devido às opiniões que divergiam quanto ao apoio que o acampamento recebia de um determinado político da região. Isso acabou dividindo o grupo, algumas pessoas passaram a seguir o líder e o restante passou a ser conduzido por uma mulher, a senhora Maria das Dores, principal coordenadora do acampamento e interlocutora entre os acampados e as autoridades locais. Esta senhora descreveu com detalhes várias situações que se passaram até a conquista da terra. No longo trecho a seguir, ela conta resumidamente como foi o processo de formação do assentamento depois da alteração da localização do acampamento. E interessante a forma como ela própria se coloca e as peculiaridades que um acampamento conduzido por uma mulher possuía, levando a concluir, que o fato de uma mulher ter sido a liderança, trouxe um desconforto menor por parte das autoridades e do proprietário da terra.

Eu vim de Sergipe para o Campinal em 1984. Fiquei no acampamento da Lagoa São Paulo, foi lá onde começamos a nossa luta, que durou seis anos e três meses, aí com o tempo, o político e o militar que nos ajudavam recomendaram a gente a vir para Euclides. Não foram todos que vieram, veio mais ou menos umas trinta famílias, muitos não quiseram vir porque não acreditavam. Nós viemos para Euclides, abrimos o cadeado da fazenda, mas não mexíamos em nada, ninguém cortava um arame, até o cadeado que nós arrebatamos compramos outro para colocar no lugar. E ali ficamos durante oito meses, fomos entrando, fazendo roçado, plantando mandioca e milho, até que o próprio fazendeiro se sentiu com vontade de dar essa terra para nós. Aí um dia eu estava em casa, e nós tínhamos um costume no acampamento, de ninguém entregar ninguém, apareceu um carro muito bonito, o fazendeiro veio com polícia, perguntando onde eu estava, e alguns colegas do acampamento me aconselharam a sair pelos fundos do meu barraco, mas eu não saí, porque nós não estávamos fazendo nada de errado, estávamos atrás de um direito nosso! Então, eles encontraram o meu barraco, e me perguntaram se eu era a liderança do grupo, eu disse que sim, e perguntaram com qual permissão nós invadimos a fazenda, eu respondi que não invadimos, até porque nós estávamos com os barracos na beira da estrada e não na fazenda. O fazendeiro perguntou o motivo de estarmos fazendo aquilo, eu disse que foi por precisão, pois antes todos os fazendeiros arrendavam terra para nós, e depois de um tempo ninguém queria arrendar mais e não tínhamos o que fazer. Eu não sabia que o fazendeiro, o dono das terras estava presente, ele me disse a senhora é muito corajosa, não? Eu respondi que não, que eu era a mulher mais medrosa do mundo, mas eu estava fazendo aquilo porque não tinha outro jeito e que se ele tivesse terra pra arrendar para nós, nós sairíamos da beira da estrada e arrendava a terra dele para trabalhar. Ele deu risada, ofereci café, eles beberam e foram embora. Depois de quinze dias ele ligou perguntando se eu poderia ir a Presidente Prudente, eu fui. Então, o fazendeiro disse, escute senhora, eu vou ceder aquelas terras para vocês porque é uma mulher que está tomando conta e porque ela não mentiu, isso em 1991, não lembro o dia, mas foi em março. Então ele ofereceu um ônibus para levar todos os acampados para o DAF em Presidente Prudente, para assinar os papéis e pegar as terras (Maria das Dores, 65 anos, entrevista realizada em 29 de julho de 2014).

A senhora Maria das Dores, por ter sido a representante dos acampados e conseguir manter a coesão do grupo em prol da conquista pela terra, revelou que recebeu propostas de latifundiários, para adquirir terras em outro estado e abandonar a liderança do grupo, visando assim desarticular o movimento:

Um fazendeiro até chegou a me oferecer quarenta alqueires de terra e dez cabeças de vaca leiteira no Mato Grosso para que eu abandonasse o acampamento. Eu recusei, pois estava na estrada para conseguir um pedaço de terra para todos os meus companheiros, eu não ia me vender e deixar meus companheiros na beira da estrada. Eu tenho honestidade, e meus companheiros como ficariam? Eu dizia que no dia que nós ganhássemos a terra, cada companheiro ia ganhar um alqueire, mas eu não queria ganhar terra e deixar meus companheiros sem nada (Maria das Dores, 65 anos, entrevista realizada em 29 de julho de 2014).

Ela afirmou que, mesmo após a conquista da terra e a formação do assentamento Tucano, continuou ajudando na organização e negociação de outros acampamentos, e que foi por muitos anos a representante das Mulheres do Pontal no Estado de São Paulo.

Por intermédio de um político, o acampamento passou a contar com o auxílio da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros de Presidente Prudente e de Mirante do Paranapanema para a obtenção de alimentos. Era também fornecido leite para as crianças acampadas, por meio da Igreja Católica de Presidente Epitácio. O político, por sua vez,

levava as lideranças dos acampados até a cidade de São Paulo, durante as negociações com o governador. Conforme relata Oliveira (2001, p. 69): “Apesar das precariedades do acampamento este ia se mantendo. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, os acampados resistiram à fome, ao frio, ao calor, as chuvas, traçando um objetivo e buscando atingi-lo”.

Não bastassem as adversidades, os assentados foram surpreendidos com uma ordem de despejo, requerida pelo proprietário da fazenda Lagoinha, área de contestação jurídica. A ação da polícia foi violenta “os barracos que não fossem desmontados pelos acampados eram destruídos pelos tratores”. (OLIVEIRA, 2001, p. 70).

A senhora Maria das Dores, contendo as lágrimas, descreveu como ocorreu o despejo mencionado pelo autor. Segundo a antiga liderança, foi uma situação muito triste, que ocorreu numa manhã chuvosa, e cuja violência e desgaste emocional ocasionou a morte de uma integrante:

Em Epitácio, na divisa, perto de um córrego, nós sofremos despejo, numa madrugada chegou um policial na minha porta, e ele me avisou que haveria um despejo, que viriam com máquinas e derrubariam todos os barracos. Um dos acampados tinha um ‘fusquinha’, fui até ele para tentar avisar o povo, para tentar ao menos tirar as coisas dos barracos. Tinha uma senhora muito idosa acampada, e nós estávamos com receio de dizer para ela sobre o despejo, porque ela não podia passar por emoções fortes. Mas no momento uma moça falou, deu a notícia para ela de um jeito meio bruto, sabe? Ela se assustou e faleceu, perdemos essa companheira. Quando foi por volta das nove, dez horas da manhã, estava chovendo, apareceram as máquinas, só se via o povo gritar e chorar. Vieram com a polícia camburões e vários cachorros também, perdemos quase tudo. Então, fomos para a divisa da Lagoa São Paulo, na entrada da agrovila, e refizemos os barracos, depois de três dias chegaram caminhões com doações de cobertor, colchão, comida. Lá nós ficamos por mais de seis anos (Maria das Dores, 65 anos, entrevista realizada em 29 de julho de 2014).

As famílias montaram o acampamento na Lagoa São Paulo, permanecendo no local em 1988. Em novembro do mesmo ano (1988), os acampados receberam a notícia de que as terras da Fazenda Lagoinha lhes seriam concedidas em breve. Assim, os coordenadores do assentamento foram conduzidos pelo político que prestava-lhes auxílio até Brasília, onde obtêm a promessa do então ministro responsável pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), Leopoldo Pacheco Bessone, da criação do assentamento num prazo de três (3) meses.

Oliveira (2001) pontua a importância da presença do político, pois segundo ele criou-se um grande laço de amizade e confiança entre o mesmo e os assentados. Essa relação também servia como alívio de tensões, uma vez que ao apoiá-los, o deputado também “agia em favor do sistema social vigente, fazendo o papel de mediador dos conflitos que estariam prestes a eclodir na região.” Após dois meses da viagem à Brasília, o ministro do MIRAD morreu num acidente de avião, levando consigo a promessa que fez aos acampados.

Em entrevista concedida durante o trabalho de campo, a atual presidente da associação teceu os seguintes comentários sobre a ajuda que recebiam do político em questão:

A Igreja ajudava de vez em quando, quando a gente estava precisando. Quem ajudou muito nós quando éramos acampados, foi um político, foi uma pessoa que sempre esteve presente com nós lá no acampamento. Ele corria atrás pra ver como que estavam as negociações das fazendas, foi indo, até que foi por influência dele que nós viemos para cá. (Maria Glória, 49 anos, entrevistada realizada em Janeiro de 2014).

A interferência desse político, embora possa ter facilitado as negociações para a conquista da terra e patrocinado doações de mantimentos e demais itens, gerou implicações políticas para os assentados enquanto grupo social. Como os acampados não estavam vinculados a nenhum movimento social, eles não tiveram uma base política, o que implica, atualmente, na organização dessas pessoas e na identidade que tem de si próprios, no modo como se reconhecem enquanto agricultores/as, assentados/as, negros/as e mulheres. Em diversos momentos durante a realização da pesquisa de campo, os entrevistados demonstraram uma postura de resistência aos movimentos sociais, associando o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por exemplo, à baderna, confusão e violência.

O MST foi várias vezes tentar se entrosar com a gente, mas eu sempre recusava, nós queríamos ganhar na paz, não com brigas. [...] Nunca passamos fome, nas dificuldades vinham caminhões de colchão, de mercadoria, que o corpo de bombeiros e o político doavam para a gente, nos ajudavam muito. Nós nunca nos envolvemos com o MST, nós tínhamos medo, não tínhamos nenhum movimento por trás. Era um movimento de trabalhadores rurais. Se nós estivemos com algum movimento teria muita brigas, lutas. Nós nunca cortamos cerca de ninguém, nunca matamos boi de ninguém, nunca pegamos nada de ninguém, mas também, em compensação, nunca faltou nada para nós (Maria das Dores, 65 anos, entrevistada em 29 de Julho de 2014).

Em 1989, o fazendeiro que solicitou o despejo dos acampados no ano de 1986 das proximidades da fazenda Lagoinha, propôs aos acampados retornarem e ficarem nos barracos, as margens da rodovia. Durante esse período ocorreu também a proposta de um major, responsável pelo comando da polícia militar de Presidente Prudente, por intermédio do político, de deslocamento para uma área próxima ao município de Teodoro Sampaio, o então distrito de Euclides da Cunha Paulista. Naquele momento, de um total de 740 famílias, havia restado no acampamento Lagoa São Paulo apenas 74 famílias. Conforme afirma Oliveira (2001, p. 74): “Algumas haviam ficado no outro acampamento (Caiuazinho) ou com a liderança masculina, quando houve a divisão do grupo e as demais desistiram do acampamento e dispersaram para outras áreas”.

Segundo a atual presidente da associação, a senhora Maria Glória, havia uma grande descrença de que as terras em Presidente Epitácio lhes seriam concedidas através de reivindicações:

Sáimos de Epitácio, porque lá parecia que as terras não iam sair nunca. Fomos despejados várias vezes lá. Nós ficamos em frente à fazenda, eles nos despejavam. Nós dávamos um tempo, e voltávamos de novo. Aí foi indo, até que nós desistimos, porque o fazendeiro estava ganhando direto a questão (Maria Glória, 49 anos, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

Oliveira (2001) relata que essa proposta gerou o apoio dos homens e a recusa e desconfiança das mulheres, pois estas acreditavam ser uma estratégia do fazendeiro para desarticular o movimento. Com o apoio do Major, que havia ordenado a Polícia Militar a auxiliar as famílias acampadas, estes partem então para a fazenda Tucano, o grupo estava reduzido, pois algumas famílias se recusaram a ir. Apesar das ameaças de um vereador local e de um corretor de terras, os acampados, tomados por muita coragem, organizaram um novo acampamento na fazenda Tucano, tendo como garantia apenas a autorização por escrito do Comandante da Polícia Militar de Presidente Prudente de que poderiam ocupar a fazenda. Todavia, a polícia local procurou os acampados e tentou coagi-los a retornarem a Presidente Epitácio, contudo, desistiram de força-los a sair, após terem a palavra de honra da mulher líder do grupo de que os acampados não ficariam dentro da fazenda e sim à margem da Rodovia SP-613 (que interliga os municípios de Presidente Prudente e Rosana). “A polícia recuou com o argumento que confiaria em uma mulher e verificaria se ela cumpriria a palavra, uma vez que os homens não cumpriam.” (OLIVEIRA, 2001, p. 49).

Deste modo as famílias que formavam o acampamento Lagoa São Paulo se instalaram nas proximidades da fazenda Tucano, permanecendo no local e utilizando-se de estratégias de ocupação até então desconhecidas; parte da fazenda era ocupada, arada e plantada, enquanto as famílias permaneciam às margens da rodovia. Desta forma não havia ações de desocupação contra os camponeses, por não estarem residindo dentro da propriedade (OLIVEIRA, 2001, p. 81).

A fala de uma das entrevistadas no trabalho de campo ilustra a descrição do autor, no que diz respeito à conquista da terra pelos assentados:

O processo de formação do assentamento foi bem demorado, o acampamento começou em 1985, em Presidente Epitácio, aí a gente teve invasão de terra e voltava para o acampamento de novo, tinha despejo na época, tudo. A gente ficou acampado em Epitácio até 1991, depois viemos para cá (Euclides da Cunha Paulista). A gente ficou acampado um pouco ali em baixo, no asfalto; depois a gente entrou para área emergencial, onde a gente ficou 2 anos; depois saiu a desapropriação da terra, quando cada um ficou com seus lotes definitivos (Maria Alice, 27 anos, entrevista realizada em Janeiro de 2014).

Em 1990, o acampamento sofreu um incêndio, devido ao longo período de estiagem e as queimadas que se faziam na região, o que resultou em grande destruição no

acampamento, com a queima de barracos, pertences dos acampados e seus animais de criação. Um mês após o incêndio, os acampados receberam a notícia de que as terras da Fazenda Tucano haviam sido negociadas com o Governo do Estado (OLIVEIRA, 2001).

Os acampados seguiam cultivando as terras da fazenda Tucano e abrigando-se as margens da rodovia. Trabalhavam como volantes para complementar seus rendimentos e recebiam cestas básicas da Defesa Civil de Presidente Prudente (OLIVEIRA, 2001).

O movimento social durou 6 anos e 8 meses, ficando aquelas pessoas acampadas as margens da rodovia, sob sol e chuva, sendo discriminadas, humilhadas e expulsas das áreas onde ocupavam. Contudo, persistiram em sua luta por terra, passaram por dificuldades sim, mas resistiram e atingiram seu objetivo numa luta exemplar. (OLIVEIRA, 2001, p. 84).

Durante a entrevista, Maria Glória, reconhece as dificuldades que ela e suas/seus companheiras/os tiveram de enfrentar para conseguir a terra, “Pra pegar terra, tem que enfrentar a lona, né? Tem seu preço”. De acordo com ela, suas ações não tinham ligação com nenhum movimento social específico, “Nós não tínhamos movimento, nós éramos nós mesmos, com a cara e a coragem”.

É interessante que no decorrer de tantos anos de luta por um “pedaço de terra”, as vidas dessas pessoas foi sendo edificadas, nas estradas, nos acampamentos que formavam à beira das estradas, pessoas se casaram, filhos nasceram, tudo durante a fase do acampamento, ou seja, a condição provisória de um acampamento não impediu que a vida dessas pessoas seguisse seu curso:

Eu nasci em Presidente Epitácio, no acampamento. Foi bem difícil, né? Porque no acampamento você não tem recursos, não tinha terra, não tinha onde morar, onde plantar para tirar o alimento, tinha que trabalhar de boia-fria para os outros, minha mãe que me conta, porque eu não lembro. Mas ela conta que foi uma fase bem difícil. E quando a gente veio morar aqui, no começo, até organizar tudo foi um pouco difícil, depois melhorou (Maria Fernanda, 24 anos, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

A união dos acampados fazia com que criassem estratégias que facilitavam sua sobrevivência, vários entrevistados narraram que durante a fase do acampamento para conseguir sobreviver tinham de trabalhar como boias-frias. As mulheres que tinham filhos pequenos revezavam-se entre si para cuidar das crianças enquanto as demais trabalhavam:

Muitas mulheres também iam ia para roça, né? Para trabalhar, não ficavam só no acampamento, mas assim, as mulheres assim, quando não podiam ir porque estavam com filho pequeno, elas revezavam, uma vizinha ia numa semana a outra ia outra semana, para as crianças não ficarem sozinhas (Maria Conceição, 50 anos, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

Esse sentimento de união foi um elemento importante para que os acampados persistissem na luta pela terra, e mesmo após conquistarem seus lotes, mantiveram-se

unidos para conseguir melhorias. Uma entrevistada que nasceu no acampamento e cresceu enquanto o assentamento era construído, descreve como havia uma ligação estreita de companheirismo entre as pessoas, tanto para confraternizações, quanto para o trabalho:

Eu acho que independente de qualquer coisa, aqui todos somos uma família, eu conheço as pessoas há mais de vinte anos, convivendo juntos, têm muita união, isso é bom. Antigamente fazíamos muitas festas, festas juninas, festas dos dias das mães, dia das crianças, eram os jovens quem organizavam. Eram unidos também no trabalho, porque era assim, uma pessoa plantava, todos se uniam e colhiam a roça daquela pessoa, e era assim com todo mundo, não precisava pagar mão-de-obra (Maria Fernanda, 24 anos, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Em 31 de outubro de 1990, os acampados se dirigiram à Presidente Prudente para assinarem o termo de posse das terras. Havia, então, 35 famílias, já que dez delas, desiludidas retornaram à Presidente Epitácio. (OLIVEIRA, 2001).

Pelo acordo firmado com o Estado, 665 hectares (30%) da fazenda Tucano foram desapropriados para fins de reforma agrária e 1.524 hectares (70%) ficaram com a imobiliária. A área de 665 hectares que ficou em posse do Governo do Estado de São Paulo, posteriormente foi dividida em 37 lotes, dos quais 31 possuem área de 14,52 hectares; seis (6) possuem áreas de apenas 3,63 hectares e um lote foi destinado à reserva florestal. (OLIVEIRA, 2001).

A senhora Maria das Dores, antiga líder, lembrou alguns detalhes que se deram após a oficialização do assentamento:

Então nós começamos, o Estado nos ajudou, tomaram um alqueire de terra para cada assentado, nos deram sementes de feijão, nós plantamos e colhemos, depois veio os projetos do Itesp, que nos ajudaram muito. [...] Eu saí do assentamento porque eu não aguentei mais trabalhar, fiquei viúva. Minhas forças acabaram, então eu vim para a cidade. Mas para mim, a maior riqueza da minha vida foi quando eu consegui o meu sítio, eu me sentia dona do meu sítio, a maior riqueza da minha vida era ser dona do meu sítio.

Já instalados, após construírem os barracos para moradia, os assentados, em mutirão, construíram um barracão que viria a ser a primeira escola do Assentamento Gleba Tucano. Posteriormente, eles exigiram da prefeitura a contratação de professores e merenda para as crianças. “As mulheres assentadas se encarregavam de fazer a merenda escolar para as crianças, no interior de um barraco ao lado de onde funcionava a escola. Diariamente todas as mães dos alunos iam se revezando no preparo da merenda escolar em um fogão a lenha (sic)” (OLIVEIRA, 2001, p. 87). Infelizmente, essa escola mencionada pelo autor já não se encontra em funcionamento, e hoje não há nenhuma escola em funcionamento no assentamento, apenas na cidade de Euclides da Cunha Paulista.

Em termos de infraestrutura, após a demarcação dos lotes, construção dos barracos e de benfeitorias (cercas, plantio de árvores frutíferas etc.), houve o plantio de feijão, com

apoio de maquinário oferecido pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo (CODASP) e doações de sementes recebidas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Com o rendimento da primeira colheita, as famílias compraram bovinos, investiram nas moradias, compraram eletrodomésticos movidos a pilhas ou baterias.

A luta das famílias assentadas por melhorias prossegue mesmo após a conquista da titularidade da terra, pois estão sempre buscando benefícios, seja em infraestrutura, qualidade de vida, ou condições de produção agrícola.

A maioria das mulheres entrevistadas está no assentamento há mais de vinte anos, sendo que elas participaram do árduo processo de luta pela terra, fazendo parte do grupo desde o acampamento, apesar de na maioria dos casos, 18 (90%) afirmaram que o titular da terra é o esposo, sendo que apenas uma mulher, que é desquitada, possui a titularidade do lote em que vive. Infelizmente essa situação

Por ter seu trabalho historicamente concebido como ajuda, a mulher rural foi progressivamente sendo alijada da propriedade da terra, seja via herança, seja através da participação nas políticas públicas, como as de assentamentos rurais. “A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – daí a expressão ‘trabalho invisível’ – é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família” (PAULILO, 2004, p. 245).

Carneiro (2001) constatou, em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, como raridade a existência de propriedades rurais com titulação conjunta, sendo mais frequente que o titular da propriedade seja apenas o homem, o marido. No contexto atual é comum o pai preferir deixar a terra para os filhos do sexo masculino, por acreditar que eles são mais aptos para administrar e trabalhar na agricultura (CARNEIRO, 2001). Para Paulilo (2007), a herança funciona como uma compensação pelas atividades ligadas à manutenção do patrimônio familiar. Assim, ao serem excluídas do processo de herança, as mulheres sentem-se injustiçadas, pois têm o trabalho de toda uma vida sem reconhecimento.

De acordo com Paulilo (2004, p. 234), pode-se afirmar com segurança que são os filhos homens que herdam a terra e as mulheres costumam ter acesso à terra apenas pelo casamento. Há exceções, porém, em casos nos quais “não há descendência masculina, quando há uma filha casada que cuida dos pais na velhice, quando os pais possuem muita terra ou, ao contrário, quando a exploração agrícola não tem importância como meio de produção para os herdeiros homens”.

Essas circunstâncias geram nas mulheres, sobretudo as mais jovens, a necessidade de buscar autonomia através de trabalhos fora da área rural, aperfeiçoar os estudos ou migrar para as cidades. As filhas mulheres, como na maioria dos casos não é herdeira da terra,

passam a serem mais estimulada do que os filhos homens, a prosseguirem os estudos, cursar uma graduação (CARNEIRO, 1998). Esse processo na medida em que se intensifica, engendra a “masculinização” das áreas rurais (CARNEIRO, 2007).

Do ponto de vista do nível educacional, há pessoas que não foram alfabetizadas (6 ou 30%), ou que possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto (9 ou 45%). Quanto à etnicidade, a maior parte das pessoas (17 ou 85%) entrevistadas se autodeclarou parda.

É inquestionável a importância da participação feminina na coesão do movimento na fase de acampamento até a formação do assentamento, apesar de as mulheres não possuírem a titularidade da terra. Em 1998, com o assentamento já implantado, algumas mulheres, inclusive a líder do acampamento, se organizaram e formaram um grupo com o objetivo de intercambiar idéias, bem como o levantamento de recursos para o custeio dos estudos de seus (suas) filhos/as. Entre as atividades desenvolvidas por este grupo estavam a fabricação de sabão caseiro e o cultivo de mandioca, comercializados no assentamento e nos municípios próximos. A organização desse grupo de mulheres foi a primeira tentativa de formar uma associação no assentamento e, apesar de ter sua continuidade interrompida, em certa medida propiciou as bases para a criação da OMAT.

4. A construção do Assentamento Tucano: as migrações, as gerações e a importância da mulher.

No que diz respeito à origem das pessoas entrevistadas, nota-se que, embora a maioria seja oriunda de municípios do interior do estado de São Paulo, inclusive da região do Pontal do Paranapanema, de municípios como Presidente Epitácio, Martinópolis, Piquerobi, Mirante do Paranapanema, Álvares Machado, Caiuá, Marabá Paulista; há entrevistadas que nasceram em municípios de outros estados, tais como na Bahia, Paraná e Sergipe. Na verdade, muitas mulheres entrevistadas apresentam algum grau de parentesco entre si: são mães, filhas, irmãs, avós, netas. Foi possível inferir, pelos relatos, o caminho migratório que foi realizado pelas gerações de famílias que compõem o assentamento. Um casal entrevistado, por exemplo, nascido em Sergipe, migrou para o Paraná, onde trabalhou muito tempo como arrendatários, até decidirem migrar outra vez para o estado de São Paulo, no Pontal, iniciando a participação na luta pela terra, ficando acampados até conseguirem os lotes no Assentamento Tucano. É interessante que a família foi formada nessa trajetória, pois enquanto alguns filhos nasceram no Sergipe, outros nasceram em São Paulo.

É importante descrever como se dão esses laços familiares já que configuram relações diferenciadas no assentamento e na própria associação, além de reforçarem a identificação das pessoas com o lugar, dando-lhes um sentimento de pertencimento àquela terra.

Por meio das histórias contadas através de gerações, os assentados mais jovens passam a reconhecer o sofrimento e a luta que seus familiares travaram para conquistar a terra, o que implica na autoestima e no seu reconhecimento enquanto assentados. Isso ficou muito evidente nos relatos dos familiares da presidenta da associação, oriundos de Sergipe. A senhora Maria Valentina e o senhor Francisco são os pais de Maria Glória (atual presidenta da OMAT), Maria Regina e Maria Joana, que por sua vez é mãe de Maria Fernanda (secretária da OMAT) Todos são associados da OMAT.

Eu acho que aqui todo mundo tem a mesma história quase, porque somos da mesma época, viemos da mesma luta, do mesmo sofrimento. Então, o que você vai ouvir, vai mudar só algumas palavras né? (Maria Regina, 40 anos, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

Eu tenho muita dó dos meus avós, eles tiveram uma vida muito sofrida, trabalharam muito, minha avó até hoje trabalha no sítio, ela parou um pouco porque está com problema de saúde. Mas eles trabalharam muito e hoje a aposentadoria é uma mixaria, mas a vida é assim mesmo. Eu tenho muito orgulho do nosso passado, eu sou muito feliz por morar aqui, tenho minha mãe, meus irmãos... a minha mãe conta histórias, sabe o que é você não ter um calçado para calçar?... Meu avô veio do Norte com a minha avó, e toda a vida moraram no que era dos outros, hoje em dia eles têm a casinha deles, não é uma casa de luxo, mas para a gente hoje em dia é conforto, para quem morou toda a vida em casa de tábuas, de coqueiro. Eu fico muito contente de morar aqui, de estar perto deles, tenho muito orgulho da história deles, criaram sete filhos, que são guerreiros, trabalhadores, apesar de todas as dificuldades. Eles foram guerreiros. (Maria Fernanda, 24 anos, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Todas as pessoas que migraram disseram que fizeram isso por conta das dificuldades econômicas que sofriam em seus locais de origem, sendo frequentemente citados a fome, o excesso de trabalho e o baixo rendimento econômico, a insuficiência de terras, a escassez de chuva, os problemas de saúde e de ausência de serviços básicos e de infraestrutura.

Duas falas foram mais emblemáticas nesse sentido: na primeira, a senhora, Maria Rosa, nascida em Martinópolis, cujos pais migraram do estado de Alagoas para São Paulo, relembra as motivações que os fizeram partir. Na outra, a senhora Maria Valentina inicia a descrição da trajetória da família já mencionada:

Era um lugar muito sofrido, eu lembro das histórias que a minha mãe contava, era um lugar seco e muito sofrido. Não tinha água, não chovia em época certa. Aí foi quando os meus pais resolveram vir para São Paulo, fazer a vida aqui, experimentar se aqui era melhor do que lá. Minha filha, pensa num sofrimento, a minha mãe carregava sete léguas de água, na cabeça! Lavava as roupas nas pedras, era sofrimento demais, acho que hoje em dia a gente não aguenta isso não, né? Eu tenho muita saudade da minha mãe, ela era muito forte, eu sempre lembro dela quando eu faço fubá; ela pisava o milho no pilão para fazer fubá. (Maria Rosa, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

Nós saímos do Sergipe porque a situação era muito difícil, nós não tínhamos dinheiro nem para comprar leite, meus filhos foram criados sem leite, naquele tempo o estado de Sergipe era muito pobre, ninguém tinha carro. O meu filho mais velho morreu “à mingua” porque não tinha um carro para levar ele para ser socorrido. O tempo que eu morei no Norte eu nunca conheci um médico, eu nunca fiz um pré-natal, eu ganhava meus filhos de parto normal, em casa, com as parteiras. Adoecia uma pessoa, “morria à mingua”, ou se tratava com algum remédio do mato, algum chá. Alguém falava tal chá é bom, então a gente ia lá no mato pegava a erva para fazer chá. Era muito difícil lá, por isso viemos para cá, primeiro para o Paraná, né? Eu tive três filhos no Estado do Sergipe, naquele tempo a gente vinha para São Paulo de pau-de-arara, um caminhão coberto cheio de bancos. Daí viemos para o Paraná, colher algodão, moramos trinta anos lá. No Paraná eu tive mais quatro filhas, morávamos na fazenda dos outros. (Maria Valentina, 67 anos, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

O senhor Francisco e dona Maria Valentina já viviam no Paraná com a família, trabalhando em terras de terceiros. Ele tinha um irmão que morava no estado de São Paulo e estava há muito tempo sem se comunicarem. Entretanto, ao retomarem o contato, o irmão lhe propôs que saísse do Paraná com a família, e que fosse para o interior de São Paulo, já que lá havia a possibilidade de conseguir terra, como narram a avó e a neta:

Eu tinha um cunhado que morava perto de Presidente Epitácio e ele estava sumido, mandamos uma carta para ele, para ter notícias dele, e ele respondeu a carta falando para a gente ir para São Paulo, porque estavam dando terra e ele já tinha pegado o sítio dele. Aí fomos sem mudança, viemos de mala e cuia, a mudança nós deixamos numa casa de um sítio de um colega, guardado com chave, trancado. Deixamos porcos, galinhas, tudo lá, e fomos para o acampamento. Então nós ficamos sete anos acampados na Lagoa São Paulo, para ganhar um lote, e fomos ganhar aqui. (Maria Valentina, 67 anos, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Eles (os avós) contam que na fase do acampamento eles tiveram que dormir no meio do mato, né? Meu avô já morava no Paraná, e um dia ele chegou para a família e disse que ia embora para São Paulo, porque um irmão dele estava no estado de São Paulo, e disse para ele que lá estavam dando terra para as pessoas. Aí a família toda veio, porque todos moravam juntos, passaram noites em cima do mato, mas Deus abençoou e todos pegaram sítio. (Maria Fernanda, 24 anos, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

A senhora Maria Glória, presidente da associação, é uma pessoa de muita fibra, sempre apontada pelos demais como uma mulher esforçada e corajosa. Através do relato de vida de sua mãe, a senhora Maria Valentina, é possível perceber que esse comportamento mais ativo da filha está relacionado com a história da própria família, mais precisamente, de sua mãe. Trata-se de uma senhora que, apesar de uma vida difícil, procurou manter-se otimista e perseverante, em muitos momentos ela se emocionou, e emocionou a interlocutora, ao contar detalhes da sua trajetória:

Fui criada na roça desde pequena, fui criada sem pai, nunca estudei. Mas já fiz outros trabalhos além de terra, já fiz pintura, faço artesanato de palha. Eu faço à noite, de dia não dá tempo de fazer. (Maria Valentina, 67 anos, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Essa senhora, dentre todas as pessoas entrevistadas, foi a que se mostrou mais disposta a conversar, demonstrou tamanha confiança que contou detalhes pessoais, desde sua infância e juventude no Sergipe até a vida no assentamento.

Ela disse que se casou muito jovem, era adolescente, tinha apenas treze anos de idade, enquanto o seu esposo, o senhor Francisco, tinha dezenove anos de idade. Seu pai havia migrado para São Paulo em busca de melhores oportunidades, quando sua mãe ainda estava em sua gestação. O pai prometeu voltar para buscar a família, mas isso não ocorreu. A sua mãe cuidou sozinha de quatro filhos:

Minha mãe trabalhava na farinheira, era braçal, trabalhou na farinheira muitos anos para criar quatro filhos e nunca quis se casar de novo, muitas esposas dos fazendeiros pediam para minha mãe doar os filhos para elas, mas nós nunca nos separamos da minha mãe. A minha mãe era tudo na minha vida, eu nunca me separei dela, ela morreu aqui no assentamento, aqui tem uma foto nossa, olha (foto 1). (Maria Valentina, 67 anos, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014):

Não tínhamos nem cama, a cama de deitar era o banco de sentar. A mulher do fazendeiro que minha mãe trabalhava doava comida, caldeirão de carne para minha mãe levar para a gente comer, eu não gosto nem de me lembrar disso que já começo a chorar... era um tempo muito difícil lá no Norte. (Maria Valentina, 67 anos, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Por ter passado a infância distante do pai, ela sempre teve uma aproximação forte com seu avô, ao qual costumava se referir como pai:

Eu lembro muito da minha avó e do meu avô, pais da minha mãe, porque ele foi o pai que eu conheci. Meu avô e eu íamos no rio pescar, ele gostava muito de comer peixe. Eu nunca fui medrosa de nada, na época da seca o rio se separava, ficava um poço aqui e outro lá, e os peixes ficavam sem ter para onde correr, ficava mais fácil para pescar, e eu falava para o meu avô: - Pai! Você fica aí, que eu vou lá no rio pescar um peixinho para nós comer. E eu ia montada numa égua, e levava uma espingarda para matar as cobras que ficavam na beira do rio. E eu chegava em casa com uma mala desse tamanho, cheia de peixe, com tudo quanto é variedade de peixe, eu nunca tive medo de água, sabia nadar muito bem. Eu chegava com os peixes e eu e o meu avô comíamos tanto peixe, assado, cozido, com muita pimenta, tanta pimenta que depois a gente passava açúcar nos lábios que ficavam ardendo. Aí nesse tempo eu estava grávida do meu primeiro filho, e sentia muito desejo de comer peixe. Nós comíamos no chão, não tinha banco, nem nada, minhas panelas eram de barro. Lá no Sergipe a gente só comia arroz no dia de sexta-feira da paixão, parece que era um dia especial para o povo do Norte, a gente comprava um pouco de arroz e comia naquele mesmo dia, sem óleo nenhum, nem banha de porco, nem nada, por isso que o povo do Norte é sadio (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Ela também menciona a respeito do artesanato que aprendeu a fazer sozinha enquanto ainda vivia no Nordeste, e ainda o faz, para se distrair (figura 1), são cestos e enfeites de mesa feitos com palha:

O artesanato eu já fazia no norte, eu aprendi da minha própria cabeça. Eu fazia jereré, que é um tipo de um crochê, eu usava o jereré para pescar no rio, pegava uma peneira redonda e pregava num cipó, como se fosse um coador, inventei isso para pescar. Eu fiava na roda, para tecer o fio da rede, minha mãe era fiandeira, ela me ensinou. E eu fazia jereré, fazia o cesto, fazia cestinha de cipó paras as mulheres ricas

colocarem ovos, guardarem as coisas em cima das mesas. Eu pintava, fazia as pinturas com esse papel de bandeira que o povo enfeita as igrejas no tempo de São João e de quadrilha, eu molhava o papel, e ele soltava uma tinta, aí eu fazia listras, amarela, vermelha e azul no artesanato, para enfeitar, e vendia para as mulheres ricas. Deus dá um jeito para toda pessoa, e Deus me deu essa inteligência para fazer artesanato. E a minha avó levava os meus cestos para vender na cidade (Maria Valentina, 67 anos, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).



FIGURA 1: Artesanato feito pela senhora Maria Valentina
Fonte: Trabalho de Campo/ 2014.

As lágrimas de dona Maria Valentina, ao mergulhar nas lembranças de seu passado sofrido no Sergipe, da convivência com a mãe, do modo de fazer seu artesanato, nos remetem a uma dimensão espacial e temporal que embora tenha ficado para trás, resiste, e existe em sua memória e no fazer de seu artesanato. O artesanato de dona Maria Valentina representa um conjunto de emoções e lembranças de um lugar que permanece vivo em seu coração.

O assentamento, diante de todo o histórico de formação exposto, bem como os laços familiares e de proximidade articulados ao longo dos anos por essas pessoas, circunscreve-se num âmbito de fortes conexões e de identidade, o que lhe configura enquanto um lugar.

O lugar é um conceito polissêmico que, ao longo das correntes geográficas, foi sendo trabalhado de acordo com cada perspectiva econômica, social, cultural.

O lugar de acordo com Santos (2005) é o espaço do acontecer solidário, espaço da existência e coexistência. Trata-se de algo palpável, no qual há a possibilidade de resistência, por meio da informação, comunicação e construção política. De modo que, no meio técnico científico informacional, o que diferencia os lugares é a resistência do interno aos fatores externos.

É neste sentido que Carlos (2001) menciona o lugar como ponto fundamental na realização dos processos globais da estruturação espacial, e como esse pode se apresentar enquanto resistência a esse processo.

Moreira e Hespanhol (2008) apresentam uma síntese de como o conceito de lugar foi incorporado e desenvolvido pelas perspectivas teórico-metodológicas da Geografia Humanística e da Geografia Crítica, mostrando que, apesar de tratarem do conceito de formas distintas, ambas as visões se complementam.

Na perspectiva humanista, a análise do lugar pressupõe o reconhecimento dos valores, da identidade, do enraizamento, das gerações. Ao passo que na perspectiva crítica prevalecem as relações entre variáveis externas e internas, de modo mais abrangente e menos subjetivo. O lugar adquire um caráter material e dialético, formando pares contraditórios– interno e externo, novo e velho, local e global, subjetivo e objetivo, aparência e essência, mediato e imediato, real e simbólico (Moreira e Hespanhol, 2008).

Do ponto de vista da Geografia Humanista e fenomenológica, cujas temáticas abordadas se voltaram mais aos valores humanos e com perspectiva mais subjetiva, a relação com os lugares e as paisagens culturais, estabelecendo uma relação com a humanidade, a História, a Literatura e a Filosofia, o lugar adquire outra especificidade. Para Tuan (1980), o que mais atribui a especificidade ao lugar são as ligações afetivas, os sentimentos despertados pelo ambiente, pela percepção que, por sua vez, transformam um espaço em lugar. É nesse sentido que surge o termo Topofilia, numa associação entre sentimento e o lugar.

Segundo Moreira e Hespanhol (2008), para compreender o lugar, deve-se considerá-lo não como a soma de objetos, mas sim como um sistema de relações que se exprimem por pares de contradições: subjetivo-objetivo, aparência-essência, mediato-imediato e real-simbólico. A identidade do lugar é então composta por uma localização física estática, as atividades, os significados e o espírito do lugar. Hodiernamente, o lugar é considerado uma construção socioespacial resultante de uma relação contraditória e combinada de cooperação e conflito.

O lugar é, ao mesmo tempo geral, pelas influências externas e globais; e particular, pois carrega uma singularidade única, por isso, é importante considerar também os movimentos que reproduzem as contradições (SANTOS, 1999).

O lugar pode ainda ser tomado a partir de um sentido global, como proposto por Massey (2008), o que implica em compreendê-lo a partir da intersecção de um conjunto variado de correntes e interações que agem em um leque de escalas espaciais. De modo que os lugares se definem pelas relações socioespaciais que se entrecruzam, isso lhes proporciona um caráter distinto. A concepção de lugar para essa autora baseia-se no modo como a mesma compreende o espaço, que está sempre em devir, indeterminado, em construção, nunca acabado, no qual há uma simultaneidade de histórias. (MASSEY, 2008).

Desse modo, Massey (2008) explica que a utilização de escalas para a análise envolvem os espaços, os sujeitos e as formas de organização do trabalho. A interação entre as escalas geográficas e as dinâmicas das relações que entrecruzam os lugares resultam dessa intersecção de dinâmicas locais e globais, e é isso que dá especificidade aos lugares. O espaço é visto de forma relacional, em conexões e desconexões simultâneas com o tempo, portanto, assim como o espaço, os lugares não são fixos e imóveis, não são estáticos e nem neutros.

Enquanto o Assentamento Tucano sofre constantes alterações, sobretudo se pensarmos nas relações que as novas gerações estabelecem com este lugar, apesar de todos os problemas que se colocam no trabalho rural, há jovens que gostam de viver e trabalhar no campo, como menciona, a seguir, a entrevistada:

Um dia, eu já falei para o meu marido, um dia eu quero ter um sítio, para terminar a minha vida sossegada no sítio. Quero ter um sítio para eu viver e morar, quero estudar, fazer pedagogia, mas quero trabalhar na terra, viver no conforto do sítio. Não é ruim morar no sítio, é bom. Se eu tivesse um sítio meu e conseguisse tirar meu sustento, eu viveria só da agricultura, eu investia e cuidaria dele para poder trabalhar só no sítio. Eu falo pra minha mãe direto, para ela investir no sítio dela, para ela trabalhar no sítio, para ela não precisar acordar às cinco horas da manhã para trabalhar na cidade, na prefeitura. Se você trabalha no sítio, e o sol está quente, você vai para a casa e descansa, e espera uma hora em que o sol está mais fresco. Tudo no sítio, se você tiver cabeça, dá lucro. No sítio da família da gente, a gente tem um porto seguro, porque mesmo que lá fora seja bom, aqui é difícil arrumar serviço, se você não trabalhar na usina, você tem que ajudar o pai e a mãe no sítio. É uma vida bem sofrida, mas é um porto seguro, mesmo que eu não tenha a escritura da terra. (Maria Fernanda, 24 anos, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Apesar de todas as adversidades, nota-se que há jovens que querem viver no campo, pois valorizam a luta de sua família para conseguir a terra, a tranquilidade e a possibilidade de trabalhar por conta própria, sem estar subordinado a um dirigente superior ou um patrão.

5. Considerações Finais

É necessário reconhecer que há diferentes formas de contar uma mesma história, e que dependendo da perspectiva de quem detém o discurso, alguns detalhes podem ser valorizados em detrimento de outros. Por muito tempo, determinados indivíduos estiveram excluídos da prática do discurso, em razão de sua classe social, opção sexual ou religiosa ou mesmo pela questão de gênero. As mulheres não eram ouvidas, sempre limitadas a um espaço íntimo e domiciliar, embora participem arduamente da organização de acampamentos e nos conflitos diretos da luta pela terra, muitas vezes a visão delas é preterida diante da posição masculina.

A História Oral, desde os anos setenta do século XX, tem contribuído com o objetivo de dar voz a esses sujeitos ocultados na história. Trata-se de uma técnica de pesquisa muito

interessante para abordar as lembranças de modo que o pesquisador participa ativamente da produção das informações que consolidam a sua investigação.

No caso do assentamento estudado, percebe-se que as mulheres desempenham há muito tempo um papel de destaque na formação do assentamento, na organização de associações, na construção de uma coletividade e na busca por melhores condições de vida e de trabalho, e essa participação se tornou evidente no decorrer da pesquisa.

Há que se salientar, ainda, a importância da identificação positiva dos jovens do assentamento em relação ao passado de suas famílias, de modo que isso fortaleça o reconhecimento de sua identidade, já que é difícil para muitos adolescentes assentados lidarem com o preconceito que enfrentam nas escolas, em relação aos jovens que vivem na cidade; e também no sentido de reforçar o elo dos mesmos com a terra, pois podem manifestar o interesse em permanecer nos assentamentos, apesar das difíceis condições de adquirirem recursos econômicos com as atividades do campo.

Referências

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**: Porto Alegre, 1998, v. 9, 143 – 159p.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

HALL, M. M. História Oral: os riscos da inocência. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. 4 p.

HESPANHOL, R. A. M. Estrutura produtiva agropecuária e acesso ao PRONAF na raia divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul. In: **48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 2009.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 246 p.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M.. O lugar como uma construção social. **Formação (Presidente Prudente)**, v. 2, p. 48-60, 2008.

OLIVEIRA, A. R. **Gleba Tucano**: A conquista de um pedaço de chão. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001.

PICHININ, E. S. **As Transformações Históricas e a Dinâmica Atual da Paisagem no Município de Euclides da Cunha Paulista/SP**. Presidente Prudente: Universidade

Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009 – Dissertação (Mestrado em Geografia).

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 11 (21, 22), p. 111 – 125, 1999.

SOUZA, S. P. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas**: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007 – Dissertação (Mestrado em Geografia).

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 383 p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. 2. ed. Editora Difel. São Paulo, 1980.